

DISCURSO DA GRAMÁTICA: QUESTÕES DE ENUNCIÇÃO E EFEITOS DE AUTORIA

Diana Luz Pessoa de Barros*

Resumo: Este estudo faz parte de uma pesquisa maior sobre as gramáticas da língua portuguesa do século XVI aos dias atuais. O projeto geral fundamenta-se na teoria e metodologia da Semiótica discursiva francesa. Nesse quadro, as gramáticas são analisadas como discursos e é essa questão teórico-metodológica que diferencia este projeto de outras formas de conceber a história das ideias linguísticas. Trataremos, neste artigo, da questão das estratégias enunciativas de pessoa no discurso das gramáticas e dos diferentes efeitos de sentido de autoria que nele produzem.

Palavras-chave: História das gramáticas. Semiótica e discurso da gramática. Enunciação, pessoas do discurso e autoria.

■ **E**ste estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre as gramáticas da língua portuguesa do século XVI aos dias atuais. O pano de fundo teórico são as propostas de Sylvain Auroux (1988) e seus colaboradores sobre o papel da gramatização das línguas nos estudos das ideias linguísticas e na constituição das “línguas nacionais”.

A partir desses princípios, o projeto de exame das gramáticas fundamenta-se na teoria e metodologia da Semiótica discursiva. Nesse quadro, as gramáticas são analisadas como discursos e é essa questão teórico-metodológica que diferencia este projeto de outras formas de conceber a história das ideias linguísticas.

Dois blocos de procedimentos foram considerados fundamentais para o exame do discurso da gramática: os que estabelecem as relações entre o destinador e o destinatário da gramática e que são, sobretudo, os de modalização dos sujeitos e objetos envolvidos, e os usos das categorias de pessoa e de tempo; e os que apontam as relações entre os discursos da gramática e os demais discursos sócio-históricos, e que são, principalmente, a organização temática e figurativa

* Doutora, livre-docente e professora titular no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) – São Paulo – SP – Brasil. E-mail: dianaluz@mackenzie.br

dos discursos, que aparece, sobretudo, nos exemplos das gramáticas, e as relações intertextuais nelas mostradas.

Com o exame dos procedimentos de modalização, foram propostas três concepções de norma e de língua (BARROS, 2001, 2002a, 2005a, 2005b, 2008, 2011b):

Quadro 1 – Tipos de norma e de língua

modalização pela existência, pelo ser	modalização pelo dever, querer e poder-ser e fazer	modalização da variação pela existência
norma única, “natural”	norma prescritiva	norma usual, de frequência de uso
língua homogênea, sem variação	língua heterogênea, com variação hierarquizada: variantes obrigatórias, possíveis, proibidas	língua heterogênea, variação não hierarquizada, a não ser pela frequência de uso

Fonte: Elaborado pela autora.

Os estudos das gramáticas, nessa perspectiva teórica e metodológica, mostraram que são as modalizações e as projeções de pessoa e de tempo que mais forte contribuição trazem para a construção do discurso da gramática e dos diferentes tipos de norma nelas estabelecidos. Apontaram também o fato de que são os elementos metalinguísticos do discurso da gramática – introduções, proêmios, comentários, observações, notas iniciais e finais, notas de rodapé – que mais explicitam esses procedimentos, e que são os exemplos que mais bem deixam entrever as relações sócio-históricas desses discursos. Assim, para o exame das gramáticas do português, foram consideradas as introduções, os proêmios, as dedicatórias, e, no corpo da gramática, os comentários, as observações, as notas de rodapé, os capítulos iniciais e finais, e os exemplos.

Trataremos, neste artigo, apenas da questão das estratégias enunciativas de pessoa no discurso das gramáticas e dos diferentes efeitos de sentido de autoria que nele produzem.

Três aproximações desses procedimentos e sentidos serão feitas: a do uso das pessoas do discurso nas duas gramáticas portuguesas do século XVI, que se diferenciam bastante quanto a esse aspecto e têm, por conseguinte, concepções de autoria diferentes; a dos usos das pessoas do discurso nas gramáticas portuguesas do século XVI e nas brasileiras do século XIX, comparando, principalmente, as de Fernão de Oliveira e de João Ribeiro, os dois gramáticos que mais usaram a 1ª pessoa do singular; a dos usos das pessoas do discurso nas gramáticas “tradicionais”, como a de Celso Cunha, e nas de usos, como a de Maria Helena de Moura Neves, no século XX, que, com essas estratégias, constroem imagens de autores diferentes, a do gramático e a do linguista.

A escolha e o uso das pessoas (e de tempo) nos discursos fazem parte, como nos demais tipos de textos, dos recursos de persuasão empregados pelo enunciador das gramáticas.

Para as questões mais gerais sobre a categoria de pessoa, remete-se a Fiorin (1996), em *As astúcias da enunciação*, e aos estudos que desenvolvemos sobre as categorias de pessoa na interação (BARROS, 2000, 2002b, 2006, 2009 e

2011a), e que permitiram precisar as relações entre as pessoas do discurso, no exame das gramáticas. Muito rapidamente diremos que, como a gramática é um discurso “científico” de tipo temático, em princípio os recursos característicos desse tipo de discurso, em relação à categoria de pessoa, são:

- o uso da 3ª pessoa, que produz efeitos de objetividade, próprios da ciência;
- e o emprego da 1ª pessoa do plural (“nós”), que, nos discursos científicos, corresponde, na verdade, a dois procedimentos diferentes: a 1ª pessoa do plural usada em lugar da 1ª do singular, no chamado plural de autor, e que produz o efeito de sentido de autoridade, de conhecimento, de cientificidade; e o “nós” usado como primeira pessoa do plural mesmo, como nós inclusivo (eu + você(s), leitor desta gramática), exclusivo (eu + ele(s) – nós, gramáticos; nós, linguistas), misto (eu + você(s) + ele(s) – nós, usuários ou falantes da língua; nós, portugueses; nós, brasileiros).

PESSOAS DO DISCURSO NAS GRAMÁTICAS PORTUGUESAS DO SÉCULO XVI

Conforme dito na introdução deste artigo, as concepções de autor mudam nas gramáticas segundo variem os empregos das pessoas do discurso.

Grammatica da linguagem portuguesa

No século XVI, Fernão de Oliveira, em *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536), e João de Barros, em *Grammatica da Lingua portuguesa* (1540), usam as projeções de pessoa que, em geral, ocorrem nos discursos temáticos científicos e que produzem os efeitos de sentido, já mencionados, de objetividade, de cientificidade, tais como a 3ª pessoa, a 1ª pessoa do plural, no chamado plural de autor, o nós misto (eu + vocês + eles), ou seja, nós, os usuários da língua portuguesa, nós, os portugueses.

Em nossas primeiras gramáticas, os fins principais de ensinar a língua portuguesa a portugueses e, sobretudo, a estrangeiros e de mostrar a superioridade da língua portuguesa impuseram, como necessária, uma concepção de língua homogênea, regulamentada por uma norma única e natural, que deveria ser usada por respeito e amor à pátria. As gramáticas do século XVI constroem, por essas razões, o discurso da norma única, “natural”, e da língua homogênea, que dialoga em conformidade com o discurso nacionalista e colonialista português do século XVI. Elas respondem às necessidades do império de ensinar a língua aos bárbaros, aos estrangeiros. Os usos das pessoas do discurso acima apontados convêm ao discurso da norma única e natural e da língua homogênea e, conseqüentemente, aos discursos de formação de impérios que essas gramáticas constroem, predominantemente.

A duas gramáticas apresentam, porém, algumas especificidades, algumas peculiaridades, nos usos das pessoas do discurso, que devem ser relatadas.

Na de Fernão de Oliveira, temos:

- em primeiro lugar, o uso da 1ª pessoa do plural como terceira pessoa do plural, ou seja, como uma voz geral ou do senso comum no discurso gramatical da época, a que o autor se opõe: “Mas nós somos tão grandes bugios dos Latinos que tomamos suas coisas sem muito sentir delas quanto nos são necessárias. E por nossa vontade damos nossas vantagens aos Latinos e Gregos...” (OLIVEIRA, 1936, p. 61);

– em segundo lugar, o emprego da primeira pessoa do singular, para contrapor-se ao “ele” (dos gramáticos em geral e do senso comum) e para produzir os efeitos de sentido de subjetividade, de novidade e de polêmica em relação aos valores vigentes no discurso gramatical dominante: “E deixadas outras razões desta divisão [feita pelos gramáticos] por esta que a mim melhor parece” (OLIVEIRA, 1936, p. 49).

No primeiro caso, o “nós” está sendo usado no lugar de “eles, os gramáticos”, a que Fernão de Oliveira se opõe, sobretudo, quanto ao emprego, pelos gramáticos da época, do modelo latino para tratar do português. A estratégia serve para dar a Fernão de Oliveira maior liberdade de criticar os gramáticos, chamando-os mesmo de “bugios”, que “macaqueiam os Latinos”, já que ele “finge” incluir-se entre os que critica, mas, ao mesmo tempo, marca suas diferenças em relação a eles.

No segundo caso, a polêmica está claramente explicitada, com o uso da primeira pessoa do singular, que acentua também a novidade e a criatividade do autor em relação ao discurso gramatical vigente na sua época.

As projeções de pessoa apontam, assim, certa dualidade do discurso de Fernão de Oliveira: coloca-se como um representante da ciência, ao empregar as pessoas do discurso da ciência, e, ao mesmo tempo, afirma seu distanciamento em relação ao discurso gramatical dominante: assume o *eu* do discurso e fala, em *nós*, pelos portugueses e usuários da língua em geral.

A gramática de João de Barros tem outras especificidades:

– os usos, muito reforçados, da 3ª pessoa (do singular ou do plural) – o mais frequente na gramática – para produzir o efeito de objetividade do discurso científico, e da 1ª pessoa do plural em lugar da 1ª pessoa do singular, no chamado plural de autor, em que o autor fala em nome da ciência (esse uso, que produz efeitos de autoridade e de cientificidade, tem papel fundamental na gramática de João de Barros, pois faz parte das estratégias discursivas empregadas para marcar a inserção do autor e de sua obra no discurso gramatical dominante);

– o uso da terceira pessoa em lugar da 1ª do plural, como “os gramáticos” em lugar de “nós, os gramáticos”, para produzir o efeito de sentido de identificação com os gramáticos, de “pertencimento” ao seu grupo.

Em síntese, as projeções de pessoa em João de Barros apontam como principal efeito de sentido o de objetividade da ciência, de participação no discurso científico dominante e de fusão do “eu” nesse “nós” discursivo.

Os recursos enunciativos de pessoa usados nas duas gramáticas do século XVI apresentam, portanto, diferenças e semelhanças. Em comum, há as projeções de pessoa que produzem efeitos de sentido de objetividade e de cientificidade (3ª pessoa, 1ª do plural pela 1ª do singular). As diferenças dizem respeito, sobretudo, às questões da contraposição de Fernão de Oliveira aos discursos gramaticais dominantes e à incorporação por João de Barros desses discursos e dos demais discursos políticos, morais e religiosos. Para contrapor-se aos discursos dominantes, Fernão de Oliveira serve-se da 1ª pessoa do singular, da mesma forma que João de Barros utiliza a 3ª pessoa em lugar da 1ª do plural, e o “nós” exclusivo – *nós, os gramáticos* –, para com eles concordar, para marcar sua participação no discurso científico vigente.

Dessa forma, o autor, na gramática de João de Barros, é fortemente objetivo e racional, e, na gramática de Fernão de Oliveira, um pouco mais emocional e

sensorial. Além disso, esses procedimentos enunciativos de pessoa, entre muitos outros, nos levam a dizer que ambos são homens de sua época: João de Barros dialoga em conformidade com os diferentes discursos sociais e gramaticais dominantes, Fernão de Oliveira vive as ambiguidades do Renascimento e mostra sua face de independência e inovação. A gramática de João de Barros fez escola, mas não a de Fernão de Oliveira.

PESSOAS DO DISCURSO NAS GRAMÁTICAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XIX

Vamos observar os usos das pessoas do discurso nas gramáticas brasileiras do século XIX e comparar esses empregos com os das gramáticas portuguesas do século XVI, principalmente as de Fernão de Oliveira (século XVI) e de João Ribeiro (século XIX). Esses dois gramáticos usaram bastante a 1ª pessoa do singular, considerada, nos dois momentos, e ainda hoje, menos apropriada ao discurso da ciência. Foram examinadas duas edições da gramática de João Ribeiro (1887), a 11ª, de 1904, e a 21ª, de 1930, pois há muitas diferenças entre elas.

No século XIX, no Brasil, os discursos das gramáticas também empregam, sobretudo, a 3ª pessoa e a 1ª pessoa do plural, no lugar da 1ª do singular, no chamado plural de autor, apropriados ao discurso objetivo da ciência e que são, como foi explicado acima, os procedimentos que mais convêm ao discurso da norma única e natural e da língua homogênea, apropriado à construção de impérios, mas também de nações e estados, e que, por essa razão, caracteriza igualmente as gramáticas brasileiras do século XIX. As gramáticas brasileiras do século XIX dão sua contribuição aos discursos de construção da língua nacional e da identidade brasileira.

Há, no entanto, outros usos das pessoas do discurso, principalmente nas gramáticas de Maximino Maciel (1887) e de João Ribeiro (1887).

A gramática de Maximino Maciel cria, mais fortemente que as demais gramáticas brasileiras do século XIX, um jogo de envolvimento do destinatário, com os procedimentos que seguem: emprego muito frequente do discurso de autor (1ª pessoa do plural em lugar da 1ª do singular), mais do que do discurso objetivo em 3ª pessoa, para produzir o efeito de sentido de subjetividade e de cumplicidade com o destinatário, que, por sua vez, é colocado na 2ª pessoa do plural, para aumentar a aproximação com o destinador e estabelecer reciprocidade entre eles. Além disso, como em sua Gramática, Maximino Maciel se opõe aos outros gramáticos, estabelecendo um discurso de polêmica acirrada, ele garante com as estratégias de pessoa usadas a cumplicidade do destinatário às suas posições. Deve-se mencionar, ainda, que o autor alterna aproximações e afastamentos da enunciação em sua gramática. Além das aproximações já apontadas, em certos momentos ele apresenta um destinatário em 3ª pessoa e marca, assim, suas diferenças em relação a esse destinatário-aprendiz-da-língua.

Por sua vez, a gramática de João Ribeiro utiliza bastante a 1ª pessoa do singular (tal como a de Fernão de Oliveira). O uso da 1ª pessoa do singular está mais bem regulamentado na sua gramática: aparece no prólogo da 11ª edição, nas notas finais da 21ª edição, e nas notas de rodapé das duas edições. São os momentos em que o autor procura criar mais fortemente o efeito de subjetividade e de relação com seu destinatário, e instituir uma espécie de duplicidade de papéis e de efeitos de sentido: há um narrador da gramática, que fala em 3ª pessoa e em 1ª pessoa do plural, e um narrador-autor, que usa a 1ª pessoa do

singular. Nas notas de rodapé, mais numerosas na 21ª edição, a 1ª pessoa do singular é usada em quatro situações: quando o autor se refere a suas outras obras, quando fala de colaborações recebidas, quando explica de que autores se serviu e, principalmente, quando quer mostrar claramente sua contribuição aos estudos gramaticais, diferenciando-a das dos demais gramáticos. O último uso é o que mais se aproxima dos de Fernão de Oliveira, embora ele use o recurso para polemizar, fortemente, com os gramáticos de seu tempo. Nas notas finais, em primeira pessoa do singular, João Ribeiro comenta as críticas e sugestões que a gramática recebeu e reproduz cartas de seus leitores.

Observe-se, ainda, que João Ribeiro não faz uso explícito da 2ª pessoa. O destinatário da gramática aparece sempre em 3ª pessoa (“*Leia-se mais adiante*”, p.105). Se o emprego da 1ª pessoa cria subjetividade e aproximação entre destinatador e destinatário da gramática, o uso do destinatário em 3ª pessoa produz o efeito de diferença entre eles. O “eu” fala aos alunos e professores, distanciados porque são diferentes do gramático, do cientista.

PESSOAS DO DISCURSO NAS GRAMÁTICAS “TRADICIONAIS” E NAS DE USOS NO SÉCULO XX

No século XX, no Brasil, as gramáticas tradicionais e prescritivas e as gramáticas de usos constroem imagens diferentes do enunciador e do enunciatário, ou seja, cada uma delas cria um *éthos* do enunciador e um *páthos* do enunciatário. As gramáticas brasileiras chamadas de “tradicionais” ou de “normativas” constroem principalmente o discurso da norma prescritiva e da língua heterogênea, cujos usos são hierarquizados, apropriado e necessário às funções pedagógicas que as gramáticas assumem no século XX. A sociedade de classes, fortemente hierarquizada, exige uma concepção de língua em que os usos são, também eles, hierarquizados. Trata-se de ensinar a “língua”, concebida como seu uso mais prestigioso e qualificado, às camadas sociais que têm usos menos prestigiosos ou mesmo considerados como usos desqualificados e incorretos. Busca-se, com isso, conservar a “boa norma” e “salvar” a língua, “ameaçada” pelos “maus usos”. Essas gramáticas não constroem mais os laços entre a língua e o império, como no século XVI, em Portugal, ou entre a língua e a nação, como no século XIX, no Brasil, e sim entre a língua e a sociedade hierarquizada, em que o ensino tem papel significativo para a ascensão social. Já as gramáticas de uso, do final do século XX, dialogam fortemente e em conformidade com o discurso científico linguístico e apontam os diferentes usos linguísticos sem hierarquizá-los.

Vamos tratar dos usos das pessoas do discurso nas gramáticas “tradicionais”, como a de Celso Cunha (1972), e nas de usos, como a de Maria Helena de Moura Neves (2000), no século XX, e da construção, nessas gramáticas, de imagens de autores e de leitores diferentes.

A escolha dos tempos e a das pessoas do discurso na gramática de Celso Cunha são procedimentos relevantes da construção do *éthos* e do *páthos*: há o emprego da 3ª pessoa e, sobretudo, a presença acentuada da 1ª pessoa do plural, com várias possibilidades de uso – 1ª pessoa do plural como *nós exclusivo* (eles + eu: nós, os gramáticos); 1ª pessoa do plural no lugar da 1ª pessoa do singular (plural de autor); 1ª pessoa do plural em lugar da 3ª pessoa. São essas,

geralmente, as escolhas do discurso científico, e são estes seus procedimentos característicos: o emprego da 3ª pessoa produz efeitos de sentido de objetividade, próprios da ciência (“Materialmente, a frase constitui uma cadeia sonora com seus acentos principais e secundários” (CUNHA, 1972, p. 67-68)); o emprego da 1ª pessoa do plural em lugar da 1ª pessoa do singular produz o efeito de sentido de se falar em nome da ciência (“Apresentar as consoantes fricativas como subdivisão das constrictivas não nos parece a melhor solução [...]” (CUNHA, 1972, p. 55), “[...] além do emprego a que nos referimos [...]” (CUNHA, 1972, p. 434)); o emprego do “nós” exclusivo (eles + eu: nós, os gramáticos) mostra a participação do gramático na tradição gramatical. Os efeitos de sentido de objetividade da ciência, de se falar em seu nome e de participação na tradição gramatical resultam desses procedimentos. Por outro lado, o emprego acentuado da 1ª pessoa, ainda que enfraquecido pelo plural e, em particular, por seu emprego em lugar da 3ª pessoa, produz efeitos de sentido de subjetividade e de aproximação, sempre muito atenuada, entre o destinador e o destinatário da gramática (“[...] se, no entanto, observarmos com atenção a pronúncia [...]” (CUNHA, 1972, p. 56); “Dizemos, por exemplo, que as palavras gostosamente e indubitavelmente são paroxítonas, porque sentimos que em ambas o acento básico recai na penúltima sílaba” (CUNHA, 1972, p. 67)). Esse jogo de vozes que se afastam e se aproximam é uma das características do discurso pedagógico, que mistura os efeitos de cientificidade e os de cumplicidade didática de uma interação sempre assimétrica entre professor e aluno. O autor se apaga um pouco nesse ir-e-vir, mas a 1ª pessoa, ainda que do plural, garante-lhe certa “propriedade” e “individualidade” de ponto de vista.

Na gramática de Celso Cunha (1972), as estratégias discursivas empregadas, entre as quais se incluem as de pessoa do discurso, mostram o *éthos* do enunciador erudito, sábio, competente, com a autoridade de alguém que conhece a língua e suas regras, mas também benevolente, que quer e deve ensinar a língua aos que não sabem escrever bem, ou mesmo falar bem, e também aos usuários cultos que cometem “erros”. É o *éthos* de um “gramático”, segundo a imagem construída de um gramático no Brasil, no século XX. O *páthos* do enunciatário é o daquele que quer aprender a bem empregar a língua, que acredita na gramática e que sabe que é preciso falar e escrever bem se deseja ocupar um bom lugar na sociedade.

Na gramática de Maria Helena de Moura Neves (2000), o emprego das pessoas do discurso é próprio do discurso objetivo da ciência: 3ª pessoa. Quando a autora precisa da 1ª pessoa, para falar, por exemplo, das contribuições que recebeu de outros linguistas, ela emprega a estratégia de substituir a 1ª pessoa pela 3ª, dizendo “a autora”, ou a da indeterminação do sujeito:

A autora obteve colaboração... (p. 19);

Obviamente, as imprecisões e impropriedades remanescentes são de inteira responsabilidade da autora (p. 20);

A partir dos pressupostos sobre os quais se assenta a investigação pretendida, pode-se ilustrar com algumas classes de palavras a discussão que se efetivou (p. 16);

A partícula negativa NÃO, como já se explicou antes... (p. 289).

Esses procedimentos escondem os efeitos de aproximação e as marcas sensoriais e passionais da enunciação, próprias da 1ª pessoa, sob a aparência do

afastamento e da objetividade inteligível e racional da indeterminação das pessoas do discurso e do emprego de um papel temático, o da “autora”, no lugar do “eu” ou do “nós”.

O destinatário está também sempre na 3ª pessoa, o que reforça o efeito de sentido de afastamento entre enunciador e enunciatário. A cumplicidade entre a autora da gramática e seu leitor constrói-se então por meio de outros procedimentos, sobretudo os de “facilitação” da gramática e de sua leitura. As numerosas comparações, os muitos exemplos e as relações com a gramática “tradicional” são algumas dessas estratégias de cumplicidade e facilitação.

A gramática de Maria Helena de Moura Neves (2000) constrói, portanto, também ela, o *éthos* de autoridade e competência, mas se trata, principalmente, da autoridade do linguista que, em nome da ciência da linguagem, deve descrever e explicar a língua.

As duas gramáticas examinadas contribuem assim para a formação da parte gramatical do rosto brasileiro do século XX. Rosto que os estudos dos diferentes discursos, entre os quais o gramatical, deixam ver e sentir.

Esperamos ter mostrado que os usos das pessoas do discurso são procedimentos relevantes para a construção dos diferentes discursos da gramática e de seus sentidos e para o estabelecimento do papel significativo que as gramáticas assumem em nossas sociedades e culturas.

THE DISCOURSE OF GRAMMAR: MATTERS OF ENUNCIATION AND EFFECTS OF AUTHORSHIP

Abstract: This study is a part of a larger research being carried out on the topic of Portuguese Grammars from the 16th to 21st century. The project finds theoretical and methodological shelter in the scope of French Discursive Semiotics. In this picture, grammatical pieces are analyzed as discourses and it is this theoretical-methodological matter that differs this approach to others in the how the history of linguistic ideas is conceived. In this paper, we focus on the strategies of enunciation of person in the discourse of grammars and the different effects of authorship obtained.

Keywords: History of grammars. Semiotics and discourse of grammar. Enunciation, persons of discourse and authorship.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- BARROS, D. L. P. de. O discurso da norma na gramática de João de Barros. *ALFA*, v. 45, p. 11-32, 2001.
- BARROS, D. L. P. de. O discurso da norma na gramática de Fernão de Oliveira. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 7, p. 7-21, 2002a.
- BARROS, D. L. P. de. Interação em anúncios publicitários. In: PRETI, D. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002b. p. 17-44.
- BARROS, D. L. P. de. O discurso da gramática: imagens da norma e da língua. *Linguística*, v. 17, p. 95-113, 2005a.

- BARROS, D. L. P. de. O discurso da norma nas gramáticas portuguesas do século XVI. *Estudios Portugueses*, Salamanca, v. 5, p. 11-24, 2005b.
- BARROS, D. L. P. de. Efeitos de oralidade no texto escrito. In: PRETI, D. *Oralidade em diferentes discursos*. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 57-84.
- BARROS, D. L. P. de. Preconceito e intolerância em gramáticas do português. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. *A fabricação dos sentidos*. Estudos em homenagem a Izidoro Blikstein. São Paulo: Paulistana, Humanitas, 2008. p. 339-363.
- BARROS, D. L. P. de. Linguagem popular e oralidade: efeitos de sentido nos discursos. In: PRETI, D. (Org.). *Oralidade em textos escritos*. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2009. v. 10, p. 41-72.
- BARROS, D. L. P. de. O discurso da gramática do português. *Revista da ABRALIN*, n. especial, p. 291-332, 2011a.
- BARROS, D. L. P. de B. Efeitos da oralidade em gêneros discursivos diferentes. In: PRETI, D. (Org.). *Variações na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2011b. p. 209-242.
- BARROS, J. de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Lisboa: Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540. (3. ed. 1957).
- CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar-MEC, 1972.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.
- MACIEL, M. de A. *Grammatica analytica*. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1887.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- OLIVEIRA, F. de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Casa d’Germão Galharde, 1536. (3. ed. 1936).
- RIBEIRO, J. *Grammatica portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1887 (11. ed. 1904; 21. ed. 1930).

Recebido em fevereiro de 2014.

Aprovado em março de 2014.